

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital da **Pregão Eletrônico nº 027/2024**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e eletrônico para operação, melhorias, manutenção e expansão do Sistema de Iluminação Pública do Município de Itarana/ES, **IMPETRADA** pela empresa **TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ. nº 56.004.897/0001-86, com Inscrição Estadual nº 20.170.275-4 e Inscrição Municipal nº 6660134, NIRE (Sede) 52206606837, estabelecida na Rua R6, nº 237, Quadra R9 -, Lote 15 - Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.125-080.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

*17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**.*

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

*A sessão de abertura foi marcada para o dia **21/05/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **06/05/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade Concorrência, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.*

A impugnação foi apresentada dia **26/12/2024**, registrado recebimento às **15h54min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO

A impugnante apresentou as seguintes razões:



TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA EPP

Rua R-6 nº 237, Quadra R9, Lote 15, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.125-080.

CNPJ. nº 56.004.897/0001-86, Inscrição Estadual nº 20.170.275-4 - Inscrição Municipal nº 66601

Fone Fax (62) 3518-1654 - Email : licitacao@triunfoiluminacao.com.br

56.004.897/0001-86
INSC. EST.: Nº 20.170.275-4
TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA
Rua R6 nº 237 Qd. R9 Lt. 15
Setor Oeste
CEP: 74.125-080
GOIÂNIA-GO

Goiânia – GO , 26 de DEZEMBRO de 2024

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

MUNICÍPIO DE ITARANA- Estado do Espírito Santo

Pregão Eletrônico nº 90016/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 Processo nº 004422/2024

Tipo MENOR PREÇO POR ITEM

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00min do dia 03/01/2025

I – OBJETO - 1.1. Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e eletrônico para operação, melhorias, manutenção e expansão do Sistema de Iluminação Pública do Município de Itarana/ES, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo I deste Edital.

A empresa **TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ. nº 56.004.897/0001-86, com Inscrição Estadual nº 20.170.275-4 e Inscrição Municipal nº 6660134, NIRE (Sede) 52206606837, estabelecida na Rua R6, nº 237, Quadra R9 - , Lote 15 - Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.125-080, - GO email : licitacao@triunfoiluminacao.com.br , , (62) 3518-1654 por intermédio de seu Representante Legal o **Srº ALTIVO EDUARDO DE FREITAS**, portador do RG nº 735233 SSPGO, CPF nº 134.101.211-53, residente à **Quadra 2 MR 09 , Qd 02 Lote 12 Setor Oeste – Cep 73750-039 – PLANALTA - GO** , com base da Lei 14.133/2021, Art. 28, (eletrônico) , vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico nº 90016/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 Processo nº 004422/2024** pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1. DA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

O edital exige atestados de capacidade técnica que comprovem experiência com fornecimento equivalente a b) O(s) atestado(s) deverá(ão) contemplar, em relação às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, a quantidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos itens e quantitativos previstos no apenso I, deste Termo de Referência;

c) Serão consideradas de maior relevância ou valor significativo, as parcelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação . . Tal exigência é desproporcional e contraria o princípio da isonomia previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e o art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as exigências para habilitação devem estar estritamente relacionadas à demonstração de aptidão para a execução do objeto licitado, sem impor condições que restrinjam indevidamente a competitividade.

Proposta Alternativa: O órgão poderia, de forma mais justa, solicitar amostras dos produtos como comprovação da capacidade técnica. Tal medida atenderia ao interesse público sem excluir empresas novas do mercado, promovendo concorrência e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa.

Jurisprudência: "A exigência de comprovação de experiência anterior não pode restringir a competitividade do certame, sendo vedada a estipulação de condições que dificultem o acesso de novas empresas ao mercado licitatório." (TCU, Acórdão 1.214/2013 - Plenário).

2. DOS PEDIDOS - Diante do exposto, requer-se:

A adequação do edital para substituir a exigência de atestados de capacidade técnica por apresentação de amostras dos produtos ofertados;

A suspensão da sessão pública até a resposta formal ao presente pedido de impugnação, nos termos do art. 164, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Requer ainda que este pedido seja acolhido e que as devidas alterações no edital sejam amplamente divulgadas, nos termos da legislação aplicável.

Termos em que, Pede deferimento, reiterando a importância de assegurar a ampla competitividade entre os participantes e a observância do princípio da economicidade, protegendo o interesse público e garantindo a eficiência nos gastos públicos.

ALTIVO EDUARDO DE FREITAS:13410121153
Assinatura do representante legal ALTIVO EDUARDO DE FREITAS:13410121153
Data de Assinatura: 26/12/2024
Data de Assinatura: 26/12/2024

TRIUNFO ILUMINACAO LTDA- EPP
CNPJ. nº 56.004.897/0001-86
ALTIVO EDUARDO DE FREITAS - TITULAR
RG Nº. 735233 SSPGO - CPF Nº. 134.101.211-53

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Por se tratar de questão de ordem técnica, este Agente de Contratação solicitou manifestação da área competente no âmbito deste Município, junto ao administrativo da **Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos** (unidade administrativa responsável pela elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência), a qual assim se pronunciou:

(...)

IMPUGNAÇÃO 01

EMPRESA: TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ. nº 56.004.897/0001-86

ALEGAÇÃO: A empresa solicita de forma alternativa, a inclusão de apresentação de amostras dos produtos como comprovação da capacidade técnica.

ANÁLISE SMTOSU

Não há que se falar em amostras como comprovação da capacidade técnica. Não está sendo avaliado a qualidade do produto, e sim a experiência e competência de uma empresa em determinada área, onde, a empresa vencedora possui as condições necessárias para cumprir as obrigações contratuais.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 033414ae-0097-4d8b-8af3-c0c5dca2f3a1
Despacho Nº 016418/2025



(...)

Por outro lado, o objetivo da amostra é verificar a conformidade do objeto com as especificações do edital e garantir a qualidade do produto ou serviço a ser contratado.

Realizando uma prudente análise da questão levantada, a fim de garantir a total legalidade e atendimento ao interesse público, verificamos que o edital em análise dispõe o que segue:

EDITAL

"9.11.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência"

TERMO DE REFERENCIA

"10.2.4 Habilitação Técnica

10.2.4.1 Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, materiais iguais ou semelhantes aos indicados no edital e Termo de Referência.

10.2.4.2 A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste termo de referência."

De uma simples leitura do dispositivo editalício, é possível observar-se que não há qualquer direcionamento da exigência do atestado de capacidade técnica, pois não exige objeto idênticos aos itens licitados e nas quantidades licitadas, e sem exigência de quantidade mínima.

De outro lado, observamos que tal exigência também está totalmente legal, pois, o atestado serve para para indicar a experiência anteriores da licitante permanente da sua atividade empresarial, cuja conjugação de diferentes fatores econômicos, gerenciais e operacionais conduz ao desenvolvimento de atributos próprios, e a habilita a executar encargos análogos ou compatíveis com o objeto da licitação.



Nas palavras de Marçal Justen Filho, a qualificação técnica “envolve a comprovação de que a empresa como unidade jurídica e econômica, participa anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública”.

Tal determinação destina-se a assegurar o vínculo de pertinência entre a exigência de experiência anterior e o objeto licitado. Reside em que a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação.

Dessa forma, sou pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA – EPP.

(...)

Itarana-ES, 08 de outubro de 2025

Assinado por JOSIL CARLOS
GALAZZI 088.***.***.***
MUNICIPIO DE ÍTARANA
08/10/2025 07:50:12

JOSIL CARLOS GALAZZI
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria Nº 008/2025

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 033414ae-0097-4d8b-8af3-c0c5dca2f3a1
Despacho Nº 016418/2025



Quanto ao mérito da exigência, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante.

4 – DA DECISÃO

Sendo assim, na forma do parágrafo único do art. 164 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Agente de Contratação **CONHECER** da impugnação, oferecida pelo **TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ. nº 56.004.897/0001-86.

No mérito, considerando o não acatamento da **Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos**, julgar **IMPROCEDENTE**, não alterando as especificações.

É como decido

Itarana/ES, 22 de outubro de 2025

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025